



Brasil S/A

por **Liana Verdini**
lianaverdini.df@dabr.com.br

Emprego, emprego meu

A grande questão nas economias capitalistas nos próximos anos deve ser o emprego. Em algumas, o grande desafio será encontrar formas de expandir o mercado de trabalho para aumentar a contratação de pessoas, ponto particularmente importante para países como França, Espanha, Estados Unidos e Irlanda, assolados com níveis de desemprego elevados e que teimam em não baixar. Para outros, o problema é preparar seus cidadãos para exercer uma atividade profissional com excelência. Esse é o caso do Brasil.

De acordo com o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o apagão de mão de obra no país é um fato. Ele percebe que o número de jovens entre 18 e 24 anos que estão em alguma instituição de ensino formal vem caindo nos últimos anos. Entre 2006 e 2008, a queda foi de 7,3% ou uma perda de 600 mil alunos — baixando de 7,5 milhões para 6,9 milhões.

Em parte, segundo ele, essa redução pode ser atribuída à própria diminuição dessa população na sociedade brasileira. O economista calcula uma retração de 3,5% no número absoluto de pessoas nessa faixa etária. Além disso, há a evasão escolar, da ordem de 4%, estimulada pela entrada precoce no mercado de trabalho e pela perspectiva de ganhar o seu próprio salário.

Desigualdade reduzida

E não é fácil lutar contra o canto da sereia da melhoria de vida pelo ingresso no mercado de trabalho. Neri constata no estudo *A Geografia das Fontes de Renda* que os ganhos do trabalho explicam 66,86% da redução da desigualdade entre 2001 e 2008. Já os programas sociais, como o Bolsa Família por exemplo, foram responsáveis por 17% e os benefícios previdenciários, por 15,72%.

Com isso, nesse período, de acordo com o economista, 19,3 milhões de pessoas saíram da miséria e 32 milhões de cidadãos subiram para as classes A, B ou C. Parte expressiva desses re-

Os ganhos do trabalho explicam 66,86% da redução da desigualdade entre 2001 e 2008

sultados pode ser atribuída à política de aumento real do salário mínimo, que corrige os programas sociais e um grande número dos benefícios previdenciários, além de ser o valor base da remuneração de um volume expressivo de trabalhadores em todo o Brasil.

O economista Marcelo Caetano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembra que quando essa política foi iniciada em 1999, quando o salário mínimo representava 20% da remuneração média nacional e a

meta era fazer o mínimo equivaler a US\$ 100. Hoje, ele já chega a 35% da remuneração média nacional e o mínimo é de pouco mais que US\$ 280. Para Caetano, o percentual em relação ao salário médio nacional é elevado e essa política está próxima de se esgotar.

Meta otimista

Por esse motivo ou não, o fato é que na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define os parâmetros para o orçamento do próximo ano — e que foi aprovada pelo Congresso no início de julho —, o governo não estabeleceu uma regra para o reajuste do salário mínimo. Mas assegurou a manutenção da política de aumento real do mínimo. O percentual a ser acrescido no valor da remuneração básica do trabalhador deverá ser definido em negociação entre o governo federal e as centrais sindicais.

O governo Lula parece mesmo preocupado em criar mais postos de trabalho no país. Para este ano, a meta é gerar 2,5 milhões de novas vagas, um número alto, mas que não parece inalcançável. No primeiro semestre, foram abertos 1,473 milhão de novos empregos formais pelos dados do Ministério do Trabalho.

Procuram-se trabalhadores

O resultado dessa soma de fatores é a dificuldade que determinadas empresas estão tendo para preencher todas as vagas abertas nos últimos anos. Algumas, as maiores, oferecem cursos de formação e especialização para lapidar os profissionais a suas necessidades, acompanhados do pagamento de alguma remuneração para reter esses profissionais que ainda estão sendo preparados. Outras, nem com todos esses benefícios conseguem atrair os estudantes das universidades mais conceituadas e estão tendo que buscar universitários e recém-formados em instituições de ensino no interior do país.

A mudança de cenário do mercado de trabalho — ruim lá fora e em expansão aqui dentro — tem estimulado o retorno de muitos brasileiros que haviam emigrado. Nada disso, porém, é suficiente para fazer frente à escassez anunciada de trabalhadores para as obras necessárias para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Há quem preveja a importação de trabalhadores, especialmente de engenheiros, que preferem trabalhar em instituições financeiras e grandes empresas a encarar o árduo trabalho de acompanhar o andamento das tarefas nos canteiros de obras.

Lá fora, esforço para criar vagas

O fato é que a carência de emprego nos países desenvolvidos tem levado os dirigentes das potências mundiais a implantar estímulos e programas para facilitar a criação de postos de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Barack Obama e políticos republicanos (da oposição) trocam acusações pela apresentação de propostas de criação de empregos fracassadas.

Não é para menos. Computando empregos criados e extintos na última década, contando a partir de dezembro de 1999, a soma é zero. Nenhuma outra década, a começar dos anos 40, teve crescimento de emprego inferior a 20%.

Pelos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 31 países mais ricos do mundo, o desemprego médio no grupo é de 8,7%, com picos que beiram os 20%, como na Espanha, ou os 10%, como França e Estados Unidos. De acordo com a OCDE, será preciso criar 15 milhões de vagas até o fim de 2011 somente para que os níveis de emprego retornem aos patamares anteriores à crise mundial. Por isso mesmo, a questão do emprego continuará na agenda mundial nos próximos anos.